Convindo regular e interpretar as disposições legais sobre o assunto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros do Interior e das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Do cofre dos emolumentos do Ministério do Interior, criado por decreto n.º 13:994, de 28 de Julho de 1927, participam o pessoal maior dos quadros da Secretaria Geral, Repartição de Jogos e Turismo, Direcção Geral de Administração Política e Civil, Repartição dos Serviços de Segurança Pública e Direcção Geral de Assistência e o pessoal menor, competindo aos primeiros 95 por cento e aos segundos 5 por cento, na proporção dos respectivos vencimentos.

Art. 2.º Os emolumentos serão distribuídos apenas aos funcionários que prestem serviço nas repartições respectivas com a permanência estabelecida no artigo 1.º do decreto n.º 19:478, de 18 de Março de 1931, e comprovada nos termos do artigo 2.º do mesmo decreto.

§ 1.º Não sofrem quaisquer deduções os funcionários que durante o mês não derem mais de duas faltas justificadas.

§ 2.º Também não sofrem quaisquer descontos os fun-

cionários durante o tempo em que estiverem de licença graciosa, nos termos do decreto n.º 19:478.

Art. 3.º Quaisquer dúvidas que possam surgir na aplicação deste decreto são resolvidas pelo Ministro do Interior.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António Lopes Mateus*—*António de Oliveira Salazar*.

Direcção Geral de Assistência

Portaria n.º 7:093

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que seja adoptado pelos asilos dependentes da Direcção Geral de Assistência, nos termos e para os efeitos do n.º 4.º do artigo 2.º e do artigo 8.º do decreto n.º 19:580, de 13 do corrente mês e ano, os modelos dos mapas do movimento das enfermarias e da papeleta clínica que desta portaria fazem parte integrante e com ela se publicam.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1931.—O Ministro do Interior, *António Lopes Mateus*.

ASILO DE ...

Enfermaria

Papeleta n.º ...

Cama n.º ...

Internato n.º ...

Nome ...

Idade ... anos.

Filiação ...

Naturalidade ...

Diagnóstico provisório ...

Diagnóstico definitivo ...

O Médico,

...

193... Mês e dia	Prescrições a seguir	Dietas	Extraordinários	Observações

Teve alta nesta data no seguinte estado ...

Asilo de ..., em ... de ... de 193...

O Médico,

...

ASILO DE ...

Movimento da enfermaria na semana finda em ... de ... de 193...

Número		Nomes	Entrada		Designação da doença	Saída		Estado em que saíram	Observações
De ordem	De matrícula		Dia	Hora		Dia	Hora		

RESUMO

Ficaram em tratamento da semana finda ... — Entraram ... — Saíram ... — Curaram-se ... — Melhoraram ... — No mesmo estado ... — Faleceram ... — Continuam em tratamento ...

Visto.— O Médico,

O Enfermeiro,

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Repartição do Pessoal

Decreto n.º 19:653

Atendendo à grande falta de oficiais subalternos, do posto de segundo tenente, para preenchimento do respectivo quadro, e que a falta destes oficiais mais se acentuará pela necessidade de guarnecer os futuros navios mandados adquirir;

Tornando-se portanto necessária, desde já, a preparação de futuros oficiais para ocorrer àquelas necessidades, para o que convém admitir no corrente ano, e porventura em mais alguns, maior número de candidatos a aspirantes, facilitando a sua admissão pelo alargamento do limite de idade;

Reconhecendo-se também que a permissão concedida pelo decreto n.º 18:737 aos candidatos a aspirantes das diversas classes da armada deixa de ser necessária pelo alargamento do limite de idade concedido por este diploma;

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É permitida, no próximo concurso, a admissão à praça de aspirante da classe de marinha aos candidatos que à data da abertura do mesmo não tenham completado vinte e um anos de idade e que satisfaçam às demais condições exigidas no regulamento da Escola Naval, aprovado por decreto n.º 16:105, de 3 de Novembro de 1928, com as alterações introduzidas pelo decreto n.º 18:777, de 16 de Agosto de 1930.

Art. 2.º A partir da publicação deste diploma fica revogado o decreto n.º 18:737, de 8 de Agosto de 1930.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Abril de 1931.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusebio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Montetro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.